

MICROS E PEQUENAS EMPRESAS: UM RESGATE DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Anderson Roberto Pires e Silva

Universidade Federal do Pará

E-mail: andersonpires@hotmail.com

Zana Andreia Cortes Barros

Universidade Federal do Pará

E-mail: zana.andreia@hotmail.com

Tadeu Junior de Castro Gonçalves

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: tadeujunior@ufrn.edu.br

RESUMO

A partir das contribuições que as micros e pequenas empresas (MPEs) desenvolvem na economia brasileira, seja no percentual no PIB ou na geração de empregos, somada à importância que a produção científica exerce para o desenvolvimento econômico de qualquer setor, o presente estudo objetivou analisar o perfil das pesquisas científicas sobre as micros e pequenas empresas, durante o período de 2001 a 2018, de dois dos principais congressos brasileiros na área contábil: o Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e o Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT). Fez-se uso de análises bibliométrica e de conteúdo dos artigos com uma abordagem qualitativa e quantitativa. Os resultados evidenciam que apesar da relevância que as empresas exercem na economia, as pesquisas com esta temática ainda se apresentam num quantitativo reduzido, com destaque aos trabalhos de conclusão de curso. A dificuldade de acesso aos dados nessa área, é apontada como um dos principais empecilhos para o desenvolvimento de pesquisas em nível de mestrado e doutorado. A partir da análise de conteúdo foi possível evidenciar que a maioria das pesquisas foca na gestão das micro e pequenas empresas e nas possíveis formas de evitar que seu ciclo de vida seja curto. Espera-se que esses resultados contribuam para uma reflexão da comunidade acadêmica, pois as MPEs precisam dos resultados das pesquisas de forma a encontrar alternativas que possam contribuir com a sustentabilidade sob o aspecto econômico e financeiro.

Palavras-chave: Micro e Pequenas Empresas. Artigos. Gestão. Ciclo de vida.

1. INTRODUÇÃO

As Micros e Pequenas Empresas (MPEs) vêm adquirindo, ao longo dos últimos 30 anos, uma importância crescente no país, sendo inquestionável o seu papel socioeconômico desempenhado (SEBRAE, 2014). Essa importância pode ser ratificada pela relevante contribuição na construção do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, pela significativa absorção de mão-de-obra geralmente a baixo custo, pelo apoio estratégico aos grandes empreendimentos no fornecimento de materiais, mão-de-obra ou serviços gerais, assim como pela contribuição estratégica no comércio exterior, a partir da diversificação na pauta de exportações e tornando a economia menos suscetível às variações que ocorrem na conjuntura comercial mundial, além disso, gera uma classe empresarial genuinamente nacional (LAKATOS, 1997; SANTOS; ALVES; ALMEIDA, 2007).

No Brasil, segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2020), o universo das MPEs representa 8,9 milhões de estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviço, os quais respondem por 27% do Produto Interno Bruto (PIB), e geram 52% dos empregos com carteira assinada. Nesse mesmo contexto, foi possível observar que no primeiro semestre de 2015, a participação das Micro e Pequenas Empresas (MPE) nas compras públicas representaram um total de R\$ 10,78 bilhões. Ressaltando que este valor representa 37,2% do total de R\$ 28,9 bilhões gastos pelo governo federal este ano. Neste mesmo período, as MPE participaram de 31.520 processos licitatórios do governo federal sendo que a maioria das aquisições (59,11%) foi representada pela compra de bens (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2015).

No contexto internacional, o Brasil contabilizou, em 2018, 12.163 Micro e Pequenas Empresas (MPE) exportadoras, sendo 5.360 Microempresas (ME) e 6.803 Empresas de Pequeno Porte (EPP). O valor total exportado pelas MPE atingiu US\$ 1,97 bilhão em 2018, o que significou queda de 1,6% em relação ao ano anterior. Apesar de negativo, esse desempenho foi muito melhor do que o observado nas exportações totais do país, que experimentaram retração de 15,1% (SEBRAE, 2017). Desta forma, a participação das MPE nas exportações totais brasileiras cresceu de 0,89% (2014) para 1,03% (2015), voltando a superar o patamar de 1% pela primeira vez, desde 2009 (FONSECA, 2016).

Santos (2017) relata que mesmo as pesquisas evidenciando o crescimento do número de micro e pequenos empreendimentos constituídos no Brasil e que são assessorados por entidades como o SEBRAE, esses empreendimentos geralmente enfrentam desafios que colocam em risco sua “saúde” financeira. E, tais desafios precisam ser diagnosticados de forma tempestiva para poder ser identificadas possíveis soluções, caso contrário, esses empreendimentos podem fechar suas portas de forma precoce e assim aumentar a taxa brasileira de mortalidade das micro e pequenos empreendimentos nos primeiros anos de vida.

Apesar dos indicadores positivos, o índice de mortalidade dos empreendimentos brasileiros é alto, 22% das empresas encerram suas atividades com até dois anos de funcionamento. Se consideradas as empresas com até quatro anos de existência, os índices sobem para 59,9% (BEDÊ, 2016).

Para Maximiano (2011) dentre as principais razões de mortalidade das micro e pequenas empresas nos primeiros anos de existência, estão as questões burocráticas, as elevadas cargas tributárias e a falta de financiamento. Dornelas (2005) comenta que as principais causas para o não sucesso das micro e pequenas empresas está na falta de planejamento, gestão, políticas de apoio insuficientes, situação econômica, fatores pessoais e outros.

Diante do exposto, Santos, Alves e Almeida (2007) dizem que apesar da grande importância que às micro e pequenas empresas têm, nota-se um interesse ainda pequeno no sentido de conhecer, analisar e propor alternativas para esse segmento empresarial.

Partindo do cenário, somado à perspectiva de que também é função da academia desenvolver estudos que objetivem dá alternativas para essas entidades, a presente pesquisa se norteia pela seguinte questão de pesquisa: *Qual perfil das pesquisas científicas sobre as MPE durante o período de 2001 a 2018?*

Assim, o objetivo da presente pesquisa configurou-se em conhecer o perfil das pesquisas brasileiras na área contábil que tiveram as micro e pequenas empresas como objeto de estudo. Os artigos investigados foram publicados nos anos de 2001 a 2018 em dois congressos da área contábil de grande relevância, o Congresso USP de Iniciação Científica em

Contabilidade/*USP International Conference in Accounting* e Congresso ANPCONT (Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis).

Para atingir o objetivo, fez-se uso de análise bibliométrica, que é uma técnica quantitativa e estatística que mensura índices de produção e disseminação do conhecimento, de forma a acompanhar o desenvolvimento de diversas áreas científicas e padrões de autoria, publicação e uso dos resultados de investigação (ARAÚJO, 2006).

No caso específico da produção científica na área contábil, Theóphilo e Ludícibus (2005) e Martins (2014) sinalizam o crescimento nos últimos anos, do quantitativo de trabalhos publicados em periódicos ou mesmo em anais de congressos, o que pode ser também evidenciado pelo aumento de mestres e doutores na área de ciências contábeis.

A relevância que as MPE representam para a economia brasileira associado ao objetivo de conhecer e entender a atenção que os pesquisadores da área contábil têm dado a esta temática, justificam a realização da presente pesquisa. De posse dos resultados espera-se contribuir com o desenvolvimento das MPE, pois se acredita que muitos dos problemas enfrentados por essas empresas, podem ter nas pesquisas as respostas para resolver tais dificuldades a curto, médio ou longo prazo. Com os resultados, espera-se também conhecer as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores para desenvolver estudos tendo como base as MPE e pensar soluções para tais problemas.

Assim, acredita-se que este tipo de análise, aqui proposta, pode trazer contribuições complementares aos estudos acima referenciados, levantar evidências, tendências, potencialidades, modismos e padrões, proporcionando a possibilidade de reflexão sobre o que se tem publicado na área de Micro e Pequenas Empresas, comparando a obra com a de outras áreas, além da possibilidade de fomentar a discussão da construção do conhecimento da área.

O trabalho está dividido em cinco seções. Além desta introdução, na segunda seção, é apresentada o referencial teórico; na terceira seção, apresenta-se a metodologia utilizada; na quarta seção, são apresentados os dados bibliométricos encontrados; e, posteriormente, são apresentados os resultados e discussões a partir da análise dos artigos encontrados na pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceituação e Classificação de Micro e Pequenas Empresas

Não há no mundo, uma unanimidade no que se refere à conceituação e classificação das micro e pequenas empresas (MPE), pois cada país adota formas particulares de acordo com suas realidades de mercado (CEZARINO; CAMPONAR, 2006; SALES; SOUZA NETO, 2004). Acredita-se que essa definição conceitual está diretamente relacionada à representatividade desses empreendimentos na economia do país, levando em consideração ainda as prioridades governamentais uma vez que as políticas públicas são elaboradas e destinadas aos empreendimentos de acordo com sua classificação ou definição, isto é, as políticas públicas destinadas aos micos e pequenos empreendimentos em tese, são diferentes das políticas destinadas aos grandes empreendimentos (FILION, 1991).

O cenário brasileiro não foge a esta regra ora citada, pois várias são as definições adotadas em relação às MPEs, sendo que, no geral, levam-se em consideração critérios quantitativos, como número de empregados por setor de atividade, como é o caso da definição adotada pelo Ministério do Trabalho, e/ou faturamento anual bruto, como o caso da classificação adotada pela Receita Federal do Brasil (BRITO; LOUREIRO; SILBEIRA, 2018).

Ressalta-se que a classificação das empresas quanto ao tamanho é ampla e complexa. Nesse sentido, os critérios podem levar em consideração fatores quantitativos, qualitativos ou mistos. No caso brasileiro como já comentado, o critério quantitativo é o mais utilizado sendo adotado por todos os setores da economia (MARTINS, 2014). Esse contexto pode ser explicado pelo acesso aos dados os quais passam pelo processo de manipulação e parametrização, dando base para a construção de indicadores de tendências temporais e análises comparativas (LEONE *et al.*, 2011).

Quanto aos critérios baseados em fatores ou características qualitativas, Batalha e De Mori (1990) ao citar Barnett e Mackness, comentam que para classificar as micro e pequenas empresas, deve-se atentar para as seguintes características:

I) ausência de ferramentas específicas para o sistema de informações e a administração;

II) os proprietários se envolvem em todas as decisões dentro da empresa;

III) poucas pessoas se envolvem no processo decisório da empresa;

IV) por assumir muitas atividades e, muitas vezes, ser o faz-tudo na empresa, falta tempo ao dirigente para elaborar um planejamento de seu negócio.

Observa-se que nesse critério qualitativo pensado pelos autores ora citados, existe certo grau de subjetividade o que dificulta o acesso e a manipulação dos dados, fato este que leva o método baseados em fatores quantitativos ser o mais utilizado.

Ressalta-se que apesar do critério quantitativo ser o mais adotado no contexto brasileiro, existem casos em que podem ser aplicados critérios diferentes a setores industriais distintos, ou seja, em algumas situações deve-se levar em consideração características específicas de cada setor ou segmento econômico (MARTINS, 2014; LEONE *et al.*, 2011; TERENCE, 2002). Importante enfatizar que esse cenário de múltiplas formas de definição ou classificação dos empreendimentos é interpretado por Terence (2002) como um fator de dificuldade para os pesquisadores da área.

No entanto, observa-se que a maioria dos estudos no que se refere à definição e classificação dos empreendimentos, leva em consideração a definição legal adotada no Brasil, ou seja, a definição dita pela Lei Complementar 123/2006 a qual define Microempresas (ME), como aquelas que auferem em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), e Empresa de Pequeno Porte (EPP) as que auferem em cada ano calendário, receita bruta superior a R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Além das duas classificações empresariais mais conhecidas, Micro Empresas (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, modificou a Lei Geral para criar a figura do Microempreendedor Individual (MEI). O MEI é um microempresário que fatura, no máximo, até R\$ 81.000,00 por ano. Ele não pode ser sócio ou titular de outra empresa. Atualmente, o MEI pode ter apenas um único empregado contratado e ele deve receber não mais que um salário mínimo, ou o piso da sua categoria profissional.

Já o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Relação Anual de Informações Sociais/Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal (RAIS/MTE) promovem a classificação das referidas empresas baseada no número de empregados que compõe suas estruturas. No caso das indústrias, as microempresas são definidas como as que têm até 19 empregados, e a pequena empresa as que têm de 20 a 99 empregados. Já para as empresas do ramo do comércio e serviços são consideradas micros, aquelas que têm até 9 empregados, e pequenas as que têm de 10 a 49 empregados.

As características das MPE brasileiras também foram estudadas por Leone *et al.* (2011) os quais propuseram uma sistematização a partir de três especificidades que caracterizam as micro e pequenas empresas: especificidades organizacionais, especificidades decisórias e especificidades individuais, as quais são demonstradas no quadro 1.

Quadro 1 - Características das MPE brasileiras

| ESPECIFICIDADES ORGANIZACIONAIS | ESPECIFICIDADES DECISÓRIAS | ESPECIFICIDADES INDIVIDUAIS |
|---|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Pobreza de recursos; - Gestão centralizadora; - Situação extraorganizacional incontrolável; - Fraca maturidade organizacional; - Fraqueza das partes no mercado; - Estrutura simples e leve; - Ausência de planejamento; - Fraca especialização; - Estratégia intuitiva; - Sistema de informações simples. | <ul style="list-style-type: none"> - Tomada de decisão intuitiva; - Horizonte temporal de curto prazo; - Inexistência de dados quantitativos; - Alto grau de autonomia decisória; - Racionalidade econômica, política e familiar. | <ul style="list-style-type: none"> - Onipotência do proprietário/dirigente; - Identidade entre pessoa física e jurídica; - Dependência perante certos funcionários; - Influência pessoal do proprietário / dirigente; - Simbiose entre patrimônio social e pessoal; - Propriedade dos capitais; - Propensão a riscos calculados. |

Fonte: Adaptado de Leone *et al.* (2011).

2.2 Ciclo de Vida das MPEs

Apesar da evolução das MPEs e o aumento da sua representatividade socioeconômica no Brasil, o índice de mortalidade dos empreendimentos brasileiros é alto, 22% das empresas encerram suas atividades com até dois anos de funcionamento. Se consideradas as empresas com até quatro anos de existência, os índices sobem para 59,9% (SEBRAE, 2007; GONCALVES; VIEIRA; COPAT, 2011). O encerramento de uma empresa, além do prejuízo para os empresários e para os empregados, reflete também indiretamente na sociedade, que sofre com os efeitos dessa ação na economia.

De acordo com o Sebrae (2004), o fechamento prematuro de empresas no País tem sido uma das preocupações da sociedade, particularmente para as entidades que desenvolvem programas de apoio ao segmento de pequeno porte, por isso é importante obter informações que propiciem identificar as causas das taxas de mortalidade das empresas, visando à atuação coordenada e efetiva dos órgãos públicos e privados em prol da permanência das micro e pequenas empresas em atividade, evitando o seu encerramento precoce (SEBRAE, 2004).

Os principais motivos para esse elevado índice de mortalidade é frequentemente tema de pesquisas, que em sua maioria mostram resultados ligados a gestão, a falta de planejamento que ocorre de forma pouco estruturada, sinalizando que os empresários desenvolvem as atividades de forma empírica sem, contudo, definir objetivos e metas de ação de curto e longo prazos. Estudo de Ferreira *et al.* (2012), aponta fatores de natureza estratégica como os principais causadores da mortalidade precoce dos empreendimentos. Segundo os autores, os principais fatores associados com a mortalidade precoce das micro e pequenas empresas são:

- Ausência de planejamento ou plano de negócios;
- Falta de inovação, design ou desempenho dos produtos e serviços;
- Dificuldade em conquistar e manter clientes;
- Nível elevado de concorrência;

- Baixo nível de escolaridade do empreendedor; e
- Competência gerencial diminuta.

Cleverley (2002) indica outros cinco fatores que contribuem para a mortalidade de empresas, sendo eles: o elevado custo na fase de abertura da empresa, a baixa competência dos sócios, a falta de tempo, pois na grande maioria, os novos empresários ainda tem uma dependência financeira de seu atual emprego, o desconhecimento do mercado e as mudanças rápidas no ambiente empresarial.

Contribuindo com outros fatores acerca das dificuldades que levam os empresários à decisão de fechar suas empresas, Oliveira (2005), e Grapeggia *et al.* (2011) citam o mercado, o governo, a tecnologia, o sistema financeiro, os sindicatos, a comunidade, os consumidores, os concorrentes e fornecedores como fatores externos que fogem ao controle dos empreendedores.

O planejamento tem sido apontado por muitos autores como fundamental para reduzir a probabilidade de morte de uma nova empresa e Castrogiovanni (1996) afirma que um plano de negócios pode contribuir para a redução da mortalidade, pois planejar ajuda a conseguir capital e investimento, é um método de aprendizado que reduz riscos e incertezas, aumenta o nível de informação do empreendedor sobre o negócio e aumenta a eficiência operacional, comunicando os objetivos aos membros envolvidos.

Esses dados indicam a necessidade de se estudar a gestão estratégica no âmbito de empresas de pequeno porte, buscando explicações mais abrangentes e que permitam contribuir para a diminuição dessas taxas de fracasso (MACHADO, 2007).

2.3 Publicações Científicas da Contabilidade

Segundo Lopes *et al.* (2006), a contabilidade está inserida no *locus* econômico e social onde atua, sendo as entidades o seu laboratório natural de observação e intervenção; o profissional de contabilidade tem um papel importante como agente de mudanças porque é percebido como detentor de conhecimentos necessários ao aperfeiçoamento gerencial de entidades; e a academia, ambiente de formação dos contadores, está inserida como instância fundamental no contexto do ciclo virtuoso do progresso social e econômico.

Oliveira (2002) comenta que a publicação de artigos em revistas representa uma parte relevante do fluxo de informação originado da pesquisa científica. Do mesmo modo, Frezatti e Borba (2000) ressaltam que a publicação em periódicos especializados constitui um esforço importante na carreira dos pesquisadores, pois permite uma exteriorização de sua produção. É como o pesquisador comunica aos seus pares seus achados.

Com a publicação acadêmica da área contábil cada vez mais expandida, veio a necessidade de ferramentas de acompanhamento e avaliação da qualidade desses estudos. Nesse sentido, surge a bibliometria como instrumento capaz de avaliar a produção científica por meio de métodos quantitativos. A esse respeito, Campos (2003) verificou que a avaliação da qualidade de um periódico, artigo científico, ou, mesmo, a produção científica de um determinado autor, pode ser feita também pelos indicadores bibliométricos.

Acompanhando este crescimento significativo da produção científica no ramo da contabilidade, a cada ano também são criados novos canais de divulgação desses estudos, especialmente os periódicos eletrônicos e eventos, como os congressos, que respeitam procedimentos rigorosos para garantir que a informação publicada seja confiável e que colabore e corresponda com a comunidade científica, como os encontros da USP e da ANPCONT, que constituem o foco deste estudo.

O Congresso USP de Controladoria e Contabilidade é promovido pelo Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, e tem por objetivo principal promover o intercâmbio de estudos e experiências, bem como a divulgação de ideias sobre a teoria e a prática da controladoria e da contabilidade, aproximando profissionais desse segmento e pesquisadores acadêmicos em momentos como apresentações de trabalhos, workshops, fóruns e palestras.

O Congresso ANPCONT, é promovido pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, e concentra discussões relativas à Controladoria e Contabilidade Gerencial (CCG); Contabilidade para Usuários Externos (CUE); Mercados Financeiro, de Crédito e de Capitais (MFC); Educação e Pesquisa em Contabilidade (EPC) e Controladoria e Contabilidade Aplicada ao Setor Público e ao Terceiro Setor (CPT). Portanto, o evento busca estabelecer uma ligação entre estudos acadêmicos e aplicações em organizações, possibilitando aos participantes conhecer mais profundamente os diversos enfoques dos estudos nas Ciências Contábeis.

Ambos congressos, proporcionam a interação da comunidade acadêmica, pesquisadores, professores e estudantes, representando um meio de divulgação da produção técnico-científica na área das Ciências Contábeis.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da Pesquisa

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa e qualitativa, que busca identificar o perfil das pesquisas científicas sobre as MPEs durante o período de 2001 a 2018, disponíveis nos respectivos sítios eletrônicos dos eventos. O método utilizado foi o bibliométrico, que tem possibilitado uma avaliação mais consistente da evolução das pesquisas, tanto em qualidade quanto em volume de publicação. Permanecendo, entretanto, questionamentos sobre a maneira como essas pesquisas têm sido desenvolvidas, bem como o método que tem sido empregado (COELHO; SILVA, 2007).

3.2 Coleta de Dados

O procedimento para seleção e definição dos artigos utilizados foi composto por três etapas. Sendo que a primeira etapa consistiu na definição dos congressos a serem utilizados. Foram selecionados dois dos principais eventos da área contábil, sendo: O USP *International Conference in Accounting* e Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, conhecido como “Congresso USP” e o Congresso ANPCONT da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, ambos avaliados como “E1” pelo Qualis/CAPES.

A segunda etapa consistiu em buscar a totalidade dos artigos publicados por anais e disponíveis em seus respectivos portais. O levantamento dos artigos foi realizado através da ferramenta de busca e pesquisa nos sites dos Anais do Congresso USP e do ANPCONT. Dessa forma, foi possível acessá-los diretamente nos arquivos eletrônicos dos referidos. Sendo coletados a partir dos títulos dos mesmos. As palavras chaves usadas na pesquisa foram: Micro e Pequenas Empresas; MPE's e Pequenas Empresas.

Em posse dos arquivos digitais dos artigos encontrados na busca, passamos para a terceira etapa. Para facilitar a análise dos dados, desenvolveu-se um banco de dados em planilha eletrônica. A amostra da pesquisa que contemplam artigos publicados sobre micro e pequenas empresas é composta de 23 artigos, sendo 20 referentes aos Congressos USP e 3

do Congresso ANPCONT, conforme a Tabela 1. Ressalta-se que até o ano de 2006 não havia congresso ANPCONT.

Tabela 1 - Quantidade de artigos publicados nos Congresso da USP e ANPCONT

| ARTIGOS APROVADOS NOS CONGRESSOS USP | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| ANO | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| ARTIGOS | 0 | 3 | 0 | 2 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 |
| ARTIGOS APROVADOS NOS CONGRESSOS ANPCONT | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ANO | - | - | - | - | - | - | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| ARTIGOS | - | - | - | - | - | - | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

3.3 Critérios para Análise de Dados

Para a análise de dados, utilizou-se os resultados extraídos da planilha que foi preenchida com a leitura do conteúdo dos artigos publicados nos anais dos congressos, estruturada com os seguintes campos: título, autoria, formação acadêmica, ano de publicação, universidade vinculada, local do estudo, área temática, questão de pesquisa, objetivos, método de pesquisa, e principais resultados.

Para melhor compreensão dos resultados, a análise de dados foi dividida em duas categorias: a primeira em análise geral, composta por: número de autores, sexo, titulação dos autores, vínculo institucional e UF dos pesquisadores e a segunda categoria compreende a análise de conteúdo (BARDIN, 1977) constituída por: questão de pesquisa, métodos utilizados, objetivos, e resultados.

Em relação a área temática, os trabalhos foram categorizados entre seis áreas distintas. Sendo elas: Contabilidade Atuária, Auditoria e Perícia, Contabilidade Financeira, Contabilidade Gerencial, Tributos e Contabilidade Governamental e Terceiro Setor.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise Geral

A tabela 2 apresenta as frequências absolutas e relativas e a média da quantidade de autores por artigo apresentado nos dois congressos: USP de 2001 a 2018 e ANPCONT de 2007 a 2018, bem como as frequências e a média geral computadas dos eventos.

Tabela 2 - Quantidade de Autores

| QUANTIDADE | CONGRESSOS USP | | ANPCONT | | TOTAL GERAL | |
|-------------------------|----------------|-------------|----------|-------------|-------------|-------------|
| | TOTAL | | TOTAL | | TOTAL | |
| 1 Autor | 1 | 5% | 0 | 0 | 1 | 4,34% |
| 2 Autores | 5 | 25% | 1 | 33,3% | 6 | 26,10% |
| 3 Autores | 7 | 35% | 1 | 33,3% | 8 | 34,78% |
| 4 Autores | 7 | 35% | 1 | 33,3% | 8 | 34,78% |
| TOTAL DE ARTIGOS | 20 | 100% | 3 | 100% | 23 | 100% |
| Total de Autores | 60 | | 9 | | 69 | |

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Os números apresentados demonstram que 69,56% do total dos artigos continham três ou quatro autores. Constatou-se ainda que apenas 1 trabalho teve um único autor, e que 26,10% dos artigos foram elaborados por dois autores. Em termos gerais, os artigos exibiram,

em média, 3 autores. Verificou-se que não houve mudança acentuada entre as médias individuais dos congressos que se mantiveram entre 3 autores por artigo, confirmando então o que Leite Filho (2008) afirma em seu estudo, que nos anais de congressos, as maiores frequências relativas se referem a trabalhos com dois ou mais autores, e nos periódicos os maiores percentuais são de trabalhos com um autor. Na contagem dos autores procurou-se seguir as recomendações de Urbizagástegui Alvarado (2002) utilizando-se a contagem completa de autores, quando cada autor (principal e/ou secundário) é creditado com uma contribuição.

Tabela 3 - Sexo dos Autores

| SEXO | CONGRESSOS USP | | ANPCONT | | TOTAL GERAL | |
|-------------------------|----------------|-------------|----------|-------------|-------------|-------------|
| | TOTAL | | TOTAL | | TOTAL | |
| Feminino | 39 | 65% | 2 | 22,2% | 41 | 59,42% |
| Masculino | 21 | 35% | 7 | 77,8% | 28 | 40,58% |
| Total de Autores | 60 | 100% | 9 | 100% | 69 | 100% |

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Conforme a tabela, os congressos USP e ANPCONT analisados evidenciaram, em termos gerais, a predominância do sexo feminino na autoria dos artigos, visto que, do total de 69 autores, 41, ou seja, 59,42% foram do sexo feminino e 28, isto é, 40,58% do sexo masculino. Os números apurados, mostrou uma realidade diferente do que constatou Oliveira (2002) em seu estudo, no qual foi afirmado que há uma hegemonia masculina na produção científica nacional. Com isso é possível inferir que a amostra analisada discorda do paradigma da maior representatividade ser atribuída ao sexo masculino na pesquisa científica contábil, o que confronta os dizeres de Oliveira (2002).

A tabela 4 evidencia a titulação dos autores nos eventos pesquisados.

Tabela 4 - Titulação dos Autores

| SEXO | CONGRESSOS USP | | ANPCONT | | TOTAL GERAL | |
|-------------------------|----------------|-------------|----------|-------------|-------------|-------------|
| | TOTAL | | TOTAL | | TOTAL | |
| Graduando | 49 | 81,67% | 0 | 0 | 49 | 71,01 |
| Graduação | 2 | 3,33% | 2 | 22,2% | 4 | 5,80 |
| Especialização | 1 | 1,67% | 0 | 0 | 1 | 1,45 |
| Mestrando | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Mestrado | 4 | 6,67% | 3 | 33,3% | 7 | 10,14 |
| Doutorando | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Doutorado | 4 | 6,67% | 3 | 33,3% | 7 | 10,14 |
| Pós-Doutorado | 0 | 0 | 1 | 11,1% | 1 | 1,45 |
| Total de Autores | 60 | 100% | 9 | 100% | 69 | 100% |

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Quanto à titulação dos autores, conforme exposto na tabela 4, há o predomínio de graduandos na elaboração dos artigos com interesse nos temas acerca de Micro e Pequenas Empresas, representando em torno de 71,01% dos pesquisadores nos dois congressos. Graduados, Especializados, Mestres, Doutores e Pós-Doutores concentram 5,80%, 1,45%, 10,14%, 10,14% e 1,45%, respectivamente. Os dados denotam que é grande o número de bacharelados que em seus trabalhos de conclusão de curso, optam por fazer pesquisa na área das MPE's.

Fica então o questionamento do porquê mestres e doutores não escolhem as MPE como foco de pesquisa, tendo em vista que seus títulos acadêmicos implicam na capacidade de produção e difusão de novos saberes e novas competências, o que certamente contribuiria e muito, para o desenvolvimento e crescimento desse tipo de empresa.

A partir da análise de conteúdo dos artigos de anais, foi identificado que na maioria das considerações finais quando da abordagem referentes as limitações do estudo, o relato da dificuldade na coleta de dados, pois as evidências mostram que a maioria das MPEs não possuem contabilidade formal e conseqüentemente não possuem demonstrações contábeis e aquelas que possuem não as divulgam.

Em relação aos sistemas de produção e comercialização implantados, por questão de sigilo de mercado, também não são divulgados. Então tais fatores permitem entender o motivo do número reduzido de pesquisas desenvolvidas por mestres e doutores, uma vez que, estes além das teorias e procedimentos metodológicos precisam de dados para o desenvolvimento de suas pesquisas.

As tabelas 5 e 6 apresentam respectivamente os dados referentes ao vínculo institucional dos autores nos congressos da USP e congressos ANPCONT.

Tabela 5 - Vinculação institucional dos autores em congressos da USP

| VINCULAÇÃO | UF | TOTAL | % |
|---|--------|-----------|------------|
| Universidade Federal do Ceará | CE | 7 | 11,67 |
| FEA/USP | SP | 2 | 3,33 |
| ECA/USP | SP | 1 | 1,67 |
| FEARP/USP | SP | 4 | 6,67 |
| Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade | ES | 3 | 5,00 |
| Fundação Visconde de Cairu | BA | 1 | 1,67 |
| Universidade Federal da Bahia | BA | 1 | 1,67 |
| Universidade de Taubaté | SP | 3 | 5,00 |
| Universidade Presbiteriana Mackenzie | SP | 1 | 1,67 |
| Universidade Estadual do Centro – Oeste – UNICENTRO | PR | 2 | 3,33 |
| Universidade Federal do Paraná – UFPR | PR | 5 | 8,33 |
| Faculdades Integradas Três Lagoas – AEMS | MS | 1 | 1,67 |
| Universidade Federal de Pernambuco | PE | 4 | 6,67 |
| Universidade Federal da Paraíba | PB | 2 | 3,33 |
| Universidade Federal do Mato Grosso do Sul | MS | 1 | 1,67 |
| Universidade Federal do Espírito Santo | ES | 2 | 3,33 |
| FUCAPE | ES | 0 | 0,00 |
| Universidade Regional de Blumenau | SC | 0 | 0,00 |
| Universidade Federal de Uberlândia | MG | 7 | 11,67 |
| Universidade Estadual de Montes Claros - MG | MG | 3 | 5,00 |
| Universidade Federal de Campina Grande | PB | 4 | 6,67 |
| Universidade de São Paulo – USP | SP | 1 | 1,67 |
| Não Identificados | Outros | 5 | 8,33 |
| TOTAL | - | 60 | 100 |

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Tabela 6 - Vinculação institucional dos autores em congressos AnpCont

| VINCULAÇÃO | UF | TOTAL | % |
|---|----|----------|------------|
| Universidade Federal do Paraná - UFPR | PR | 3 | 33,33 |
| FUCAPE | ES | 2 | 22,22 |
| Universidade Regional de Blumenau | SC | 1 | 11,11 |
| Universidade de São Paulo – USP | SP | 1 | 11,11 |
| Faculdade de Economia da Universidade de Valência (Espanha) | | 2 | 22,22 |
| TOTAL | - | 9 | 100 |

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

As tabelas 5 e 6 evidenciam que, nos dois eventos, os 69 autores dos artigos analisados pertenciam a 22 instituições de ensino diferentes. Deste total, apenas 5 autores não tiveram seu vínculo institucional declarado. A Universidade Federal do Paraná - UFPR, se destaca como a instituição com maior número de autores vinculados, com participação de 8 autores. Em segundo lugar aparece as Universidades Federais do Ceará e de Uberlândia, sendo então 7 autores vinculados. E logo após, a Universidade Federal do Pernambuco, a FEARP/USP e a Universidade Federal de Campina Grande, apresentaram vínculo com 4 autores. Os dados demonstraram o predomínio de instituições do Nordeste do país e a participação de uma entidade de ensino estrangeiras representada por 2 autores vinculados à Faculdade de Economia da Universidade de Valência, na Espanha.

A tabela 7 revela a distribuição dos trabalhos científicos nas diferentes áreas temáticas que compõem os congressos USP e ANPCONT.

Tabela 7 - Áreas temáticas dos artigos apresentados nos congressos

| SEXO | CONGRESSO USP | | ANPCONT | | TOTAL GERAL | |
|---|---------------|-------------|----------|-------------|-------------|-------------|
| | TOTAL | | TOTAL | | TOTAL | |
| Contabilidade Aplicada para Usuários Externos | 2 | 10% | 0 | 0 | 2 | 8,70% |
| Auditoria e Perícia | 1 | 5% | 0 | 0 | 1 | 4,35% |
| Contabilidade Financeira | 1 | 5% | 1 | 33,34% | 2 | 8,70% |
| Contabilidade Gerencial | 14 | 70% | 2 | 66,66% | 16 | 69,57% |
| Tributos | 2 | 10% | 0 | 0 | 2 | 8,70% |
| Contabilidade Governamental e Terceiro Setor | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 |
| TOTAL DE ARTIGOS | 20 | 100% | 3 | 100% | 23 | 100% |

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Na tabela 7, o resultado demonstra maior incidência de trabalhos relacionados à área de contabilidade gerencial: 14 artigos, sendo 69,57% do total pesquisado. Os trabalhos relativos à Tributos, Contabilidade Financeira e contabilidade Aplicada para Usuários Externos, representam igualmente 8,70% da amostra, com 2 artigos em cada área.

Esses resultados estão em linha com o contexto do ciclo de vida da MPEs, as quais têm o fator gestão como um dos principais motivos da mortalidade precoce desse tipo de empreendimento (FERREIRA *et al.*, 2012). Assim, a temática contabilidade gerencial ganha relevância para ser pesquisa no contexto das MPEs.

4.2 Análise de Conteúdo

Optou-se em realizar a análise de conteúdo, com objetivo de identificar as principais abordagens e os resultados encontrados pelos autores por meio de suas pesquisas, por ordem de ano de publicação.

Em 2002, com o objetivo de ressaltar a relevância da atividade de *factoring*, Cochrane, Silva, Naiula e Cavalho, concluíram que 80% dos usuários das empresas de *factoring* são MPE's, sendo que essa procura se dá, pela constante necessidade de Capital de Giro. Ainda em 2002, os autores Segura, Sakata e Riccio buscaram responder “Qual a dificuldade de se fazer o planejamento estratégico nas micros e pequenas empresas, ou quais as diferenças na implantação?” Como resposta, concluíram que uma das maiores dificuldades, está no fato de que o empresário, muitas das vezes, é o único responsável pelos controles, inviabilizando uma análise mais aprofundada dos processos. Por fim, Maciel *et al.* (2002) apresentam um estudo sobre o planejamento tributário dessas empresas, com ênfase no simples, suas vantagens e desvantagens.

Em 2004, Pires, Costa e Hahn se propuseram a responder ao seguinte questionamento: “Quais informações que dão sustentação às micro e pequenas empresas, estão sendo fornecidas pela contabilidade para a tomada de decisão?”. Os autores evidenciaram que as informações fornecidas pelos contadores que são mais utilizadas pelos micros e pequenos empresários para a tomada de decisão, são os textos informativos que, na sua maioria, contém informações relacionadas com alterações tributárias. Sergio, Gomes, Rodrigues e Boaventura, no mesmo ano, buscaram discutir a utilização das estratégias pelas micro e pequenas empresas como instrumento de sobrevivência em um cenário econômico e competitivo, e responder de que forma as empresas podem se defender das forças competitivas. Os autores concluíram que praticamente não existe utilização de estratégia pelas MPES, devido ao fato do empresário nem sempre possuir conhecimentos administrativos, e acabam tomando decisões, baseadas no seu próprio "*Feeling*".

No ano de 2005, com o tema: Correlação dos subsistemas empresariais com a maturidade de cada estágio do ciclo de vida de micro e pequenas empresas, Ribeiro e Panhoca, buscaram correlacionar os estágios do ciclo de vida de Micro e Pequenas Empresas e os fatores críticos de sucesso correspondentes com os subsistemas empresariais. O resultado evidenciou que o principal problema das MPEs repousa na gestão empresarial aplicada pelo empresário, e sugeriram o quadro elaborado para ajudá-los na continuidade de seus empreendimentos. Para 2006, Ribeiro e Panhoca, contribuíram com mais uma pesquisa. Desta vez, se propuseram a apresentar um modelo contabilométrico que possibilitasse o estabelecimento de uma sequência de decisões que pudesse evitar o fechamento das micro e pequenas empresas. Os autores concluíram que o principal problema das MPE está na gestão do empresário.

Em 2009, Palanca, Lavarda e Feliu desenvolveram um estudo com o objetivo de identificar os fatores de internalização que influenciam a institucionalização da mudança de um Sistema Contábil de Gestão (SCG) na MPE. A partir de um estudo de caso, concluíram que a análise do processo de introdução de um SCG projetado para atender às necessidades de controle de custos e processo de fabricação, chamado PPCC.

No ano de 2010, Nganga, Franco de Sá, Silvestre e Naves, buscaram verificar o nível de observância do princípio de entidade pelos empresários do setor comercial. Os autores evidenciaram que 32% dos empresários respeitam o princípio da entidade e 68% dos entrevistados não respeitam o referido princípio. Neste mesmo ano, Ferreira, Freitas, Chaves e Soares investigaram as causas que levaram as microempresas e empresas de pequeno porte a encerrarem suas atividades de forma precoce. Os autores concluíram que as causas da mortalidade das MPEs estão associadas a um conjunto de fatores, sendo os principais: a falta de planejamento tributário prévio, a falta de planejamento estratégico, a falta de capital de giro, a falta de financiamento bancário e a falta de clientes.

Em 2011, a pesquisa realizada por Kos *et al.* verificou se os gestores das MPEs recebem, compreendem e utilizam informações contábeis em seu processo de gestão. Os resultados permitiram evidenciar que os entrevistados tinham baixa compreensão da informação; que a maioria deles utilizam a informação contábil para a tomada de decisão.

Peres *et al.* (2012) desenvolveram um estudo intitulado Sistemas de Informação para Orçamento: Um Estudo Sobre as Características dos Sistemas Utilizados nas Micro e Pequenas Empresas. Partindo do objetivo de identificar as principais características de um Sistema de Informação (SI) voltado para orçamento, os autores concluíram que uma das principais características de um sistema de informação para as MPEs, é que o mesmo deve ter um custo razoável pelo motivo de que esse tipo de empresa geralmente tem poucos recursos financeiros para investimentos.

Villa *et al.* (2013) se propuseram a analisar os aspectos comportamentais que influenciam na compreensão e uso da contabilidade gerencial na tomada de decisão, partindo-se da relação comunicacional empreendedor–contador, à luz da teoria de Bakhtin. As autoras chegaram as evidências de que a disponibilidade do contador em dirimir dúvidas dos empreendedores, linguagem clara e simples, redução do uso de jargões técnicos, aperfeiçoamento dos gestores com cursos de gestão e contabilidade mais próxima do dia a dia administrativo, seria de suma importância para a relação comunicacional entre empreendedor e contador.

Em 2014, Neitzke e Oliveira desenvolveram um estudo com o objetivo de verificar quais os fatores que influenciam o processo de gestão de MPEs. Os autores chegaram as evidências de que 51% dos empresários investigados possuíam planejamentos de curto e longo prazo, mas que não o utilizam para a tomada de decisão.

No ano de 2016, Gomes e Callado buscaram verificar se as MPEs inseridas em redes horizontais de cooperação apresentam desempenho organizacional superior àquelas que atuam independente de qualquer relação Inter organizacional. Os autores concluíram que as empresas inseridas em rede de cooperação apresentam desempenho superiores àquelas que não estão inseridas em nenhuma relação Inter organizacional. Feuser, Daciê e Espejo, no mesmo ano, desenvolveram um estudo cujo objetivo foi verificar se existem diferenças quanto ao uso de *proxies* de controle gerencial em relação ao gênero do empreendedor-gestor. Em aspectos gerais, a pesquisa evidenciou que os homens se mostram mais propensos a utilizar em seu empreendimento práticas de controles gerenciais.

Para 2017, Guanandy e Almeida tiveram por objetivo verificar os efeitos da adoção do IFRS, da auditoria externa e do endividamento no nível de disclosure contábil. Com relação aos resultados, os autores evidenciaram que as PME que informaram em notas explicativas seguir como o padrão contábil o CPC (completo ou para PMEs), que contrataram serviços de auditoria externa, especialmente de firmas *big four* e que apresentaram endividamento elevado.

Em 2018, Vanucci, Ferreira e Silva tiveram por objetivo analisar a percepção dos empreendedores em relação a gestão empresarial e a taxa de mortalidade das empresas do setor de varejo. Os resultados evidenciaram os principais motivos reconhecido pelos empresários como os que contribuem para o aumento do índice de mortalidade das MPEs: perfil do empreendedor pouco desenvolvido, durante os primeiros anos de atividade, baixo crescimento da economia brasileira, problemas pessoais dos donos das empresas que afetam o negócio, insuficiência de políticas públicas de apoio aos pequenos negócios e má gestão financeira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo foi analisar o perfil das pesquisas científicas sobre as micro e pequenas empresas, no período de 2001 a 2018, dentro dos dois principais congressos de contabilidade, o Congresso USP e o Congresso ANPCONT. Para isso, utilizou-se planilha para a estratificação da amostra utilizada, com 23 artigos.

A distribuição temática dos trabalhos revelou que a área de Contabilidade Gerencial somou 16 artigos, ou 69,57%, o que sinaliza o contexto de deficiências das micro e pequenas empresas quanto ao fator gestão, fato que aumentam as possibilidades de questões de pesquisas a serem investigadas sob esta temática.

A partir da análise de conteúdo foi possível evidenciar que a maioria das pesquisas foca na gestão das micro e pequenas empresas e nas possíveis formas de evitar que seu ciclo de vida seja curto. Assim, observou-se que o planejamento estratégico é um assunto bastante explorado.

No entanto, para a importância que esse tipo de empreendimento representa para a economia brasileira, o quantitativo de pesquisas nessa área ainda é considerado pequeno se comparado a outros segmentos como as Sociedades Anônimas (S.A) ou mesmo as entidades do Terceiro Setor. Quanto as dificuldades em se desenvolver pesquisas com as micro e pequenas empresas, as delimitações dos estudos apontam para a dificuldades em se conseguir dados, principalmente contábeis ou de produção e ou comercialização, fato este que pode explicar o número reduzido de trabalhos desenvolvidos por mestre e doutores.

De maneira geral, os resultados da pesquisa permitem ainda dizer que a produção científica se relaciona muito ao desenvolvimento de trabalhos de conclusão de curso, nos quais os alunos e professores atuam e concentram suas produções. Espera-se que esses resultados sirvam de reflexão para a comunidade acadêmica, principalmente aos pesquisadores da área contábil, pois esses tipos de empreendimentos (MPEs) precisam dos resultados das pesquisas de forma a encontrar alternativas que possam contribuir com a sustentabilidade sob o aspecto econômico e financeiro. Assim, no que se refere às limitações desta pesquisa, é indicado que sejam exploradas outras plataformas na busca de trabalhos, com publicações mais recentes em periódicos da área.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. Em *Questão*, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006.

BARDIN, L.. *Análise de conteúdo*. Lisboa: edições, v. 70, p. 225, 1977.

BATALHA, M. O.; DEMORI F. *A pequena e média indústria em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.

BEDÊ, M. A. (coord.). *Sobrevivência das empresas no Brasil*. SEBRAE, 2016.

BRITO, E. E. L.; LOUREIRO, V. A; SILBEIRA, M. (2018). A utilização da logística reversa em micros e pequenas empresas de São Gonçalo do Amarante/RN. In: XXXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, nº 38, 2018, Maceió. Anais. Maceió, 2018.

CAMPOS, M. Conceitos atuais em bibliometria. *Arquivos brasileiros de oftalmologia*, v. 66, n. 1, p. 18-21, 2003.

CASTROGIOVANNI, G. J. Pre-startup planning and the survival of new small businesses: Theoretical linkages. *Journal of management*, v. 22, n. 6, p. 801-822, 1996.

CEZARINO, L. O.; CAMPOMAR, Marcos Cortez. Micro e pequenas empresas: características estruturais e gerenciais. *Revista Hispeci & Lema*, v. 9, p. 10-12, 2006.

CLEVERLEY, W. O. Who is responsible for business failures? (Business). *Healthcare Financial Management*, v. 56, n. 10, p. 46-51, 2002.

COELHO, P. S.; SILVA, R. N. S. Um estudo exploratório sobre as metodologias empregadas em pesquisas na área de contabilidade no EnANPAD. *Revista contemporânea de contabilidade*, n. 8, p. 139-159, 2007.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. Micro e pequenas empresas movimentam R\$ 10,78 bi nas compras públicas de 2015. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/micro-e-pequenas-empresas-movimentam-1078-bi-nas-compras-publicas-de-2015>. Acesso em: 1 de Mar. 2020.

COCHRANE, T. M. C.; MOREIRA, S. S.; PINHO, R. C. S.; PESSOA, M. N. M. As empresas de factoring e as micro e as pequenas e médias empresas: parceria. In: 2º CONGRESSO USP–CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2002, São Paulo. Anais. São Paulo, 2002.

DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: Transformando idéias em Negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

FERREIRA, L. F. F. et al. Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. *Gestão & Produção*, v. 19, n. 4, p. 811-823, 2012.

FEUSER, H. O. L.; DACIÊ, F. P.; ESPEJO, M. M. S. P. O Uso de Proxies de Controle Gerencial em Micro e Pequenas Empresas Gerenciadas por Mulheres. In: XVI CONGRESSO USP CONTABILIDADE E CONTROLADORIA. 2016. São Paulo. Anais. São Paulo, 2016.

FILION, L. J. The Definition of Small Business as a Basic Element for Policy Making. Anais. SmallBusiness, Marketing and Society (congresso). The Institute of Sociology, USSR Academy of Science, Academy of Science of Georgia, Centre for Sociology (orgs.). Tbilisy (Georgia – Rússia). 1991.

FONSECA, P. J. P. As micro e pequenas empresas na exportação brasileira. Brasil: 1998-2015. SEBRAE, 2016.

FREZATTI, F.; BORBA, J. A. Análise dos traços de tendência de uma amostra das revistas científicas da área de contabilidade publicadas na língua inglesa. *Caderno de Estudos*, n. 24, p. 50-78, 2000.

GRAPEGGIA, M. et al. Fatores condicionantes de sucesso e/ou mortalidade de micro e pequenas empresas em Santa Catarina. *Prod.*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 444-455, Sept. 2011.

GONCALVES, R. B.; VIEIRA, G. B. B.; COPAT, R. (2011) Dimensões da inovação percebidas pelos clientes: estudo de caso em uma empresa do ramo moveleiro. *In: XXXI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO*, nº 31, 2018, Belo Horizonte. Anais. Maceió, 2011.

GUANANDY, F. N.; ALMEIDA, J. E. F. Pequenas e médias empresas e disclosure obrigatório: efeitos do padrão contábil adotado e da auditoria externa. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING*, FEA-USP, São Paulo, Anais. SÃO PAULO, Brasil. 2017.

GOMES, A. K.; CALLADO, A. Desempenho Organizacional das Micro e Pequenas Empresas Localizadas em João Pessoa: Estudo Comparativo entre Redes de Cooperação Horizontal e Empresas Não Cooperadas. *In: XVI CONGRESSO USP CONTABILIDADE E CONTROLADORIA*. 2016. São Paulo. Anais. São Paulo, 2016.

KOS, S. R., et al. Compreensão e Utilização da Informação Contábil Pelos Micro e Pequenos Empreendedores em Seu Processo de Gestão. *In: XI CONGRESSO USP CONTABILIDADE E CONTROLADORIA*. 2011. São Paulo. Anais. São Paulo, 2011.

LAKATOS, E. M. Sociologia da administração. Atlas, 1997.

LEITE FILHO, G. A. Padrões de produtividade de autores em periódicos e congressos na área de contabilidade no Brasil: um estudo bibliométrico. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 12, n. 2, p. 533-554, 2008.

LEONE, R. J. G. et al. Pequenas e Médias Empresas: contribuições para a discussão sobre por que e como medir o seu tamanho. *RAUnP-ISSN 1984-4204-Digital Object Identifier (DOI): <http://dx.doi.org/10.21714/raunp.>*, v. 4, n. 1, p. 67-83, 2011.

LEZANA, A. G. R; TONELLI, A. O comportamento do empreendedor. *In.: DE MORI, F. (Org.)*. 2004.

LOPES, J. E. G. et al. Pesquisa-Ação: Uma abordagem para a produção do conhecimento científico em Ciências Contábeis. *Academia Revista de Divulgação Em Ciências Jurídicas e Contábeis*, v. 1, n. 1, p. 115-124, 2006.

LUCA, M.; TEIXEIRA FILHO, M. C.; CORRÊA, D. M. M. C. A elisão tributária aplicada as micros e pequenas empresas. *In: 7º CONGRESSO USP-CONTROLADORIA E CONTABILIDADE*, 2007, São Paulo. Anais. São Paulo, 2007.

MACIEL, A. M.; VICENTIM, A. M.; VINCENTIM, C. R.; MARINO JR, J. Planejamento tributário para micros e pequenas empresas. *In: 2º CONGRESSO USP-CONTROLADORIA E CONTABILIDADE*, 2002, São Paulo. Anais. São Paulo, 2002.

MACHADO, H. V. (Org.). Causas de mortalidade de pequenas empresas: coletânea de estudos. Maringá: EDUEM, 2007.

MARTINS, J. G. F. Proposta de Método para Classificação do Porte das Empresas. 2014. 78 p. 2014. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)–Mestrado Profissional em Administração, Universidade Potiguar, Natal.

MAXIMIANO, A. C. A. Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. [S.l: s.n.], 2011.

NEITZKE, A. C. A.; OLIVEIRA, R. M. Um Estudo dos Fatores que Influenciam o Processo de Gestão das Micro e Pequenas Empresas Gaúchas. *In: XIV CONGRESSO USP CONTABILIDADE E CONTROLADORIA*. 2014. São Paulo. Anais. São Paulo, 2014.

NGANGA, C. S. N. et al. Análise do nível de observância do Princípio da Entidade pelos empresários das pequenas empresas do setor comercial de Uberlândia. *In: 7º CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE*. 2010. São Paulo. Anais. São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, J. Empreendedorismo no âmbito da administração pública. *Líder de Bandeirantes*, v. 24, 2005.

OLIVEIRA, J.; TERENCE, A. C. F.; ESCRIVÃO FILHO, E. Planejamento estratégico e operacional na pequena empresa: impactos da formalização no desempenho e diferenças setoriais. *Revista Gestão Organizacional*, v. 3, n. 1, p. 119-133, 2010.

OLIVEIRA, M. C. Análise dos periódicos brasileiros de contabilidade. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 13, n. 29, p. 68-86, 2002.

PALANCA, M. B.; LAVARDA, C. E. F.; FELIU, V. P. El alcance de los sistemas contables de gestión en las pyme: su Impacto en la eficiencia empresarial. Estudio empírico en el Sector de la madera y del mueble de la comunidad valenciana. *In: CONGRESSO ANPCONT*, 2009. São Paulo. Anais. São Paulo, 2009.

PEREZ, G., et al. Sistemas de Informação para Orçamento: Um Estudo Sobre as Características dos Sistemas Utilizados nas Micro e Pequenas Empresas. *In: XII CONGRESSO USP CONTABILIDADE E CONTROLADORIA*. 2012. São Paulo. Anais. São Paulo, 2012.

PIRES, M. A.; COSTA, F. M.; HAHN, A. V. Atendimento as necessidades de informações para a tomada de decisões em pequenas e médias empresas: análise crítica das informações geradas pela contabilidade frente aos seus objetivos–pesquisa exploratória no setor de confecções da Glória–ES. *In: 4º CONGRESSO USP–CONTROLADORIA E CONTABILIDADE*, 2004, São Paulo. Anais. São Paulo, 2004.

RIBEIRO, L. E.; PANHOCA, L. Proposta Contabilométrica de Decisões Para Se Evitar O Fechamento de Micro e Pequenas. *In: 6º CONGRESSO USP–CONTROLADORIA E CONTABILIDADE*, 2006, São Paulo. Anais. São Paulo, 2006.

RIBEIRO, L. E.; PANHOCA, L. Correlação dos subsistemas empresariais com a maturidade de cada estágio do ciclo de vida de micro e pequenas empresas. *In: 5º CONGRESSO USP–CONTROLADORIA E CONTABILIDADE*, 2005, São Paulo. Anais. São Paulo, 2005.

RIBEIRO, M. T. J. B., et al. Contribuições ao Exposure Draft ED/2013/9–IFRS for SMEs: Uma Análise das Opiniões de Agentes Econômicos sobre as Propostas de Mudanças para Pequenas e Médias Empresas. *In: XV CONGRESSO USP CONTABILIDADE E CONTROLADORIA*. 2015. São Paulo. Anais. São Paulo, 2015.

SALES, A. H. L.; SOUZA NETO, S. P. Empreendedorismo nas micro e pequenas empresas no Brasil. Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração, Curitiba: Anais da ENANPAD, 2004.

SANTOS, L. L. S.; ALVES, R. C.; ALMEIDA, K. N. T. Formação de estratégia nas micro e pequenas empresas: um estudo no centro-oeste mineiro. *Rev. adm. empres.*, São Paulo, v. 47, n. 4, p. 1-15, 2007.

SANTOS, F. X. F. dos; MIRANDA, V. S. de. Empreendedorismo: uma análise dos fatores condicionantes para mortalidade das micro e pequenas empresas do município de Curaçá-BA. *Revista Formadores - Vivências e Estudos: Caderno de Gestão e Negócios*, Cachoeira - Bahia, v. 10, n. 3, p. 63 - 81, abr. 2017.

SANTOS, P. R. P.; CARLIN, D. O. Análise da produção científica do congresso ANPCONT: um estudo bibliométrico sobre o processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade. *ConTexto*, v. 12, n. 22, p. 131-144, 2012.

SEGURA, L. C.; SAKATA, M. C. G.; RICCIO, E. L. Planejamento estratégico e diferenciação em empresas de pequeno porte. *In: 2º CONGRESSO USP–CONTROLADORIA E CONTABILIDADE*, 2002, São Paulo. Anais. São Paulo, 2002.

SERGIO, R. S. G.; GOMES, C. A. S.; RODRIGUES, C.; BOAVENTURA, R. Estratégias competitivas para as pequenas e micro empresas: um estudo de caso. *In: 4º CONGRESSO USP–CONTROLADORIA E CONTABILIDADE*, 2004, São Paulo. Anais. São Paulo, 2004.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil 2003-2005. Brasília: Sebrae, 2007.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Fatores condicionantes e taxa de mortalidade das MPE. Santa Catarina. Brasília, 2004.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Empreendedorismo no Brasil 2015. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/\\$File/5904.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/$File/5904.pdf). Acesso em: 1 de Mar. 2020.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira. Brasília: Sebrae, 2014.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Boletim Estudos & Pesquisas- Expectativas do Mercado, nº 57. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/estudos-e-pesquisas-abril-2017.pdf>. Acesso em: 1 de Mar. 2020.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em: 1 de Mar. 2020.

TERENCE, A. C. F. Planejamento estratégico como ferramenta de competitividade na pequena empresa: desenvolvimento e avaliação de um roteiro prático para o processo de elaboração do planejamento. 2002. Dissertação. Universidade de São Paulo.

THEÓPHILO, C. R.; IUDÍCIBUS, S. Uma Análise Crítico-Epistemológica da Produção Científica em Contabilidade no Brasil. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 8, n. 2, p. 147-175, 2005.

URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, R. A Lei de Lotka na bibliometria brasileira. *Ciência da informação*, v. 31, n. 2, p. 14-20, 2002.

VANUCCI, I. M.; FERREIRA, M. A.; SILVA, V. R. A Influência da Gestão Empresarial na Taxa de Mortalidade das Micro e Pequenas Empresas de Uberlândia. *In: XV CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 2018, São Paulo. Anais. São Paulo, 2018.*

VILLA, P. et al. O monólogo contábil: uma análise do uso da contabilidade gerencial em micro e pequenas empresas à luz do processo comunicacional segundo Bakhtin. *In: CONGRESSO ANPCONT, 2013. Anais. São Paulo, 2013.*